



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
06/09/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 19

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
06/09/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 19

Aos seis dias do mês de setembro de dois mil e doze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Vice-Presidente, Sr. Paulo Jorge Campos Vicente, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alberto Filomeno Esteves Cascalho;
- Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Vice-Presidente abriu a reunião, eram 09:45 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

O Sr. Presidente não esteve presente por se encontrar de gozo de férias.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. **10.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2012**
2. **REQ. N.º 1384/12 – PC N.º 578/02 – MANUEL R. MARQUES – SOC. CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS, LDA.**
3. **REQ. N.º 893/12 – PC N.º 111/12 – RICARDO PEDRO PEREIRA MARTINS FERREIRA**
4. **REQ. N.º 425/12 – PC N.º 585/07 – CIDÁLIA NEVES LUÍS**
5. **REQ. N.º 1277/12 – PC N.º 223/12 – JOÃO LOURENÇO MOTACO MOURINHO**
6. **REQ. N.º 1162/12 – PC N.º 127/05 – NÚCLEO DA LIGA DOS COMBATENTES**

7. REQ. N.º 1098/12 – PC N.º 165/12 – GALLOVIDRO, S.A.
8. REQ. N.º 1396/12 – PC N.º 14/07 – DIAMANTINO JESUS SEQUEIRA
9. REQ. N.º 1423/12 – PC N.º 229/12 – JOSÉ CONCEIÇÃO FERREIRA
10. REQ. N.º 1438/12 – PC N.º 116/11 – ANTÓNIO MANUEL BOIÇA SANTOS
11. REQ. N.º 1259/12 – PC N.º 378/99 – CASTRO LUSO – EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA.
12. DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DE CONCESSÃO DA LOJA DESTINADA A CAFÉ NO MERCADO DA PRAIA DA VIEIRA – OURIÇO DO MAR, LDA
13. ESTABELECIMENTO DE BEBIDAS “ROSI PUB” – S. PEDRO DE MOEL – PROPRIETÁRIA: ISABEL MARIA MARQUES LEMOS – VIOLAÇÃO DO LIMITE MÁXIMO DO CRITÉRIO DE INCOMODIDADE NO PERÍODO NOTURNO – REGULAMENTO GERAL DO RUÍDO – MEDIDA CAUTELAR PREVENTIVA E TEMPORÁRIA – AUDIÊNCIA PRÉVIA – APRECIACÃO DE ALEGAÇÕES – DECISÃO FINAL.
14. PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS SOFRIDOS NUM PNEU EM ACIDENTE DE VIAÇÃO – REQUERENTE: HÉLDER JOSÉ ANDRADE DOMINGUES - RUA DO CARVALHO – MOITA – RESPONSABILIDADE CIVIL – INSUFICIÊNCIA DE ELEMENTOS DE PROVA – APRECIACÃO – PROPOSTA DE INDEFERIMENTO– AUDIÊNCIA PRÉVIA.
15. RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRA CONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – REQUERENTE: BETINA DA LUZ MARQUES - DEFERIMENTO.
16. CONTRATO DE ARRENDAMENTO. IMPLANTAÇÃO DE INDÚSTRIA BETUMINOSA. ALTERAÇÃO.
17. ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO
18. REDE DE SANEAMENTO NO LUGAR DE PASSAGEM – 2ª FASE – VIEIRA DE LEIRIA - CP N.º 04/2011 (DOEM) – TRABALHOS A MENOS.

19. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO SELECT DO SOFTWARE BENTLEY
20. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE VALAS E LINHAS DE ÁGUA NAS FREGUESIAS DE MARINHA GRANDE, VIEIRA DE LEIRIA E MOITA.
21. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE E EMISSÃO DE CARTÕES TIPO PASSE PARA O ANO LETIVO 2012/2013
22. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PARA OS ALUNOS DO JARDIM DE INFÂNCIA DA BOAVISTA PARA O ANO LETIVO 2012/2013
23. ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS REFERENTES À RUA JÚLIO BRAGA BARROS E PRACETA DA LIBERDADE, AS QUAIS SE ENCONTRAM SOB O REGIME DE RENDA APOIADA, COM ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE 01 DE OUTUBRO DE 2012
24. RESUMO DE TESOURARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - 10.ª MODIFICAÇÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2012

529 - Presente proposta da 10ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2012, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

8.ª Alteração ao Orçamento da Despesa para 2012, no valor de 17.750,00 euros nos reforços e de 17.750,00 euros nas anulações;

7.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos para 2012 no valor de 17.500,00 euros nos reforços e de 17.500,00 euros nas anulações;

8.ª Alteração ao Plano de Atividades Municipais para 2012 no valor de 250,00 euros nos reforços e de 250,00 euros nas anulações;

Considerando que de acordo com o ponto 8.3.1. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, “ (...) o orçamento pode ser objecto de revisões e de alterações (...)”, sendo que: “ (...) As alterações podem incluir reforços de dotações de despesas resultantes da diminuição ou anulação de outras dotações (...)”, mantendo-se o valor global do orçamento, a Câmara Municipal depois de analisar a proposta apresentada, **delibera aprovar a 10ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2012, nos termos da alínea d), do nº 2, do art. 64º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

2 - REQ. N.º 1384/12 – PC N.º 578/02 – MANUEL R. MARQUES – SOC. CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS, LDA.

530 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Construção de Edifício Habitacional*” a levar a efeito num prédio sito na Rua 1.º de Dezembro/Travessa dos Meninos, Lugar de Amieirinha, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 02/10/2003.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes Projetos das Obras de Urbanização, dispondo de pareceres técnicos dos serviços, que atestam estarem preenchidos os requisitos legais necessários à sujeição do processo a deliberação final.

Após análise da pretensão, tendo em consideração os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou:

Deferir os projetos e respetivos orçamentos das Obras de Urbanização, com os seguintes condicionalismos:

1. **Prestar caução destinada a garantir a boa e regular execução das Obras de Urbanização, nos termos do art. 54.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03, no valor de €**

93.142,51 (noventa e três mil cento e quarenta e dois euros e cinquenta e um cêntimos), referente às seguintes componentes:

PROJETOS DE ESPECIALIDADES	ESTIMATIVA ORÇAMENTAL
Infraestruturas viárias:	30.220,13€
Rede de Abastecimento de Águas:	12.274,58€
Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas e Pluviais:	45.435,80€
Rede Energia Elétrica:	5.212,00€
VALOR TOTAL APURADO PARA FINS DE CAUÇÃO A PRESTAR	93.142,51€

2. Executar todos os trabalhos que se mostrem necessários em consequência da realização da obra.
3. A instalação da bateria de recetáculos postais domiciliários seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.
4. Apresentação de título de utilização de recursos hídricos a emitir pela APA – Agência Portuguesa do Ambiente (anteriormente ARH – Administração da Região Hidrográfica), para descarga das águas pluviais na linha de água, nos termos previstos no ponto n.º 1 da Portaria n.º 1450/2007 de 12/11.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. A emissão do alvará de licenciamento da construção ficará condicionada à emissão do alvará relativo às obras de urbanização.
2. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
3. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.
4. A emissão da Autorização de Utilização do Edifício Habitacional, ficará condicionada à Receção Provisória das respetivas Obras de Urbanização.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**3 - REQ. N.º 893/12 – PC N.º 111/12 – RICARDO PEDRO PEREIRA MARTINS
FERREIRA**

531 - Presente Processo de Loteamento Urbano n.º 1589/98, referente à Operação de Loteamento Urbano com Obras de Urbanização, levada a efeito no Lugar de Gaeiras, Freguesia de Marinha Grande, ao abrigo do Alvará de Loteamento n.º 05/2001, de 14/11.

Presente Processo de Loteamento n.º 488/06, referente à alteração dos parâmetros associados aos Lotes 15, 16, 17 e 32 do referido loteamento, aprovada por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 30/11/2006.

Presente Processo de Loteamento n.º 30/08, referente à alteração dos parâmetros associados aos Lotes 23 e 24 do referido loteamento, aprovada por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 30/06/2011.

Presente Processo de Loteamento n.º 236/09, referente à alteração dos parâmetros associados ao Lote 86 do referido loteamento, aprovada por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 30/06/2011.

Presente Processo de Loteamento n.º 124/11, referente à alteração dos parâmetros associados ao Lote 38 do referido loteamento, aprovada por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 06/06/2012.

Presente requerimento pelo qual é solicitada a alteração dos parâmetros urbanísticos associados ao lote constituído com o número 26, visando o aumento da área bruta de construção permitida para anexos, com consequente aumento da sua área máxima de implantação.

Presente Deliberação Camarária datada de 06/06/2012, pela qual a Câmara deliberou sujeitar a discussão pública o pedido de Alteração do Loteamento Urbano titulado pelo Alvará n.º 05/2001, de 14/11, em cumprimento do disposto no art. 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-lei n.º 26/2010, de 30/03.

Presente Aviso (extrato) n.º 9330/2012, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 131/2012, de 09/07, pelo qual foi publicitada a pretensão requerida, não tendo sido apresentadas quaisquer reclamações, observações ou sugestões à referida alteração.

Presente informação técnica dos serviços a enquadrar devidamente a pretensão, garantindo que se encontram reunidas as condições para que a mesma possa ser submetida a deliberação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir a alteração à licença da Operação de Loteamento Urbano titulada pelo Alvará n.º 05/2001, referente ao prédio sito no Lugar de Gaeiras, Freguesia de Marinha Grande, requerida por Ricardo Pedro Pereira Martins Ferreira, incidindo no lote constituído com o número 26, visando o aumento da área bruta de construção permitida para anexos, com consequente aumento da sua área máxima de implantação.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N.º 425/12 – PC N.º 585/07 – CIDÁLIA NEVES LUÍS

532 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Construção de uma Moradia Unifamiliar e Muros de Vedação*” a levar a efeito num prédio urbano sito na Rua Fonte 25 de Abril, Moinho de Cima, Freguesia de Marinha Grande.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam estar o Projeto de Arquitetura apresentado, em condições de merecer aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, os Projetos das Especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**
2. **Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra, nomeadamente um passeio com 2,25m de largura, distando 3,25m do atual eixo da via pública, nas seguintes condições:**
 - a) **Os materiais a aplicar no passeio deverão ser idênticos aos da envolvente, ou seja, lãncil calcário de 0,13x0,22m e calçada calcária de 0,05x0,05x0,05m, devendo o requerente executar o remate entre o passeio e o pavimento existente em betuminoso.**
 - b) **O espelho do lãncil deverá ficar a 0,12m acima do pavimento, devendo rebaixar para 0,04m na entrada de acesso automóvel, numa distância de 3,50m. Na execução do passeio, deverá considerar-se a colocação de película de plástico preto entre a camada base e a almofada de assentamento de modo a evitar o crescimento de ervas.**
3. **Os muros de vedação a construir, deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados.**
4. **A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuado de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 08/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.**
5. **Aquando do início da construção, após abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos Serviços de fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, sendo o registo dessa deslocação no respetivo livro de obra, imprescindível para a isenção de vistoria na futura concessão da respetiva licença de utilização (autorização de utilização).**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N.º 1277/12 – PC N.º 223/12 – JOÃO LOURENÇO MOTACO MOURINHO

533 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Construção de Habitação Unifamiliar e Anexo*”, incluindo a “*Demolição Integral de Edificações Existentes*”, a levar a efeito num prédio urbano localizado na Rua da Serraria, Lugar de Vieira de Leiria, Freguesia de Vieira de Leiria.

Presente parecer técnico dos serviços que atesta a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do Projeto de Arquitetura apresentado, com determinadas condições.

Após a análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, dos Projetos das Especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**
- 2. Apresentação, em igual período, de Ficha de Segurança Contra Incêndio, subscrita pelo seu técnico autor, nos termos do RT-SCIE e RJ-SCIE em vigor bem como nova Estimativa Orçamental fazendo constar, cumulativamente, o valor referente à demolição integral da pré-existência implantada sobre o prédio.**
- 3. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra, nomeadamente o remate da via pública em calçada grossa de granito até 3,75m do atual eixo da Rua da Serraria.**
- 4. Os muros de vedação a realizar pelo requerente, deverão ser executados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados.**
- 5. A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de Setembro, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.**
- 6. Aquando do início da construção, após a abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos Serviços da Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, sendo o registo dessa deslocação no respetivo livro de obra, imprescindível para isenção de vistoria na futura concessão da respetiva Autorização de Utilização.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N.º 1162/12 – PC N.º 127/05 – NÚCLEO DA LIGA DOS COMBATENTES

534 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Alteração e Ampliação*” de instalações existentes, sito na Rua do Ponto da Boavista, Freguesia de Marinha Grande.

Presente parecer técnico dos serviços, referindo a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do Projecto de Arquitetura apresentado, com determinadas condições.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presente parecer técnico dos serviços que atesta estarem os Projetos das Especialidades apresentados, aptos a merecer aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Execução dos arranjos exteriores tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**
2. **A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.**

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N.º 1098/12 – PC N.º 165/12 – GALLOVIDRO, S.A.

535 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Legalização da Alteração de Unidade Industrial – Nave do Forno n.º 4*” existente, sito na Rua de Leiria, Freguesia de Marinha Grande, dispondo do seguinte antecedente:

Processo de Camarário n.º 126/10, em nome de “Gallovidro, S.A.”, referente ao licenciamento da obra de “*Alteração de Unidade Industrial - Nave do Forno n.º 4*”, levada a efeito ao abrigo do Alvará de Obras de Alterações n.º 139/10, de 20/08, com termo em 19/08/2011, com 1.ª prorrogação válida até 19/02/2012 e 2.ª prorrogação válida até 19/05/2012.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam estar o Projeto de Arquitetura apresentado, em condições de merecer aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com o condicionalismo da execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N.º 1396/12 – PC N.º 14/07 – DIAMANTINO JESUS SEQUEIRA

536 - Presente Processo de Licenciamento referente à obra de “*Construção de Moradia Unifamiliar*” a levar a efeito num prédio rústico localizado nos Talhões da Vieira, Lugar de Vieira de leiria, Freguesia de Vieira de Leiria, à qual foi atribuído Alvará de Licença de Construção n.º 88/2009, de 18/08, com termo em 13/08/2010.

Presente Projeto de Alterações ao Projeto de Arquitetura anteriormente aprovado, tendo em vista a Legalização de Alterações levadas a efeito na referida edificação, dispondo de parecer técnico dos serviços referindo a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do respetivo Projeto de Alterações.

Após a análise da pretensão, considerando o parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara deliberou deferir, com condicionalismo da apresentação, no prazo de seis

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
06/09/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 19

meses a contar da data de notificação, de Termo de Responsabilidade subscrito pelo técnico autor do Projeto de Alterações, nos termos do disposto no art. 10.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do n.º 6 do art. 54.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N.º 1423/12 – PC N.º 229/12 – JOSÉ CONCEIÇÃO FERREIRA

537 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Alteração de Estabelecimento Comercial*” existente, localizado num prédio urbano sito na Rua da Boavista, Lugar de Praia da Vieira, Freguesia de Vieira de Leiria, dispondo do seguinte antecedente:

Processo de Licenciamento n.º 290/73, em nome de Venceslau Mónica Parreira, relativo à obra de “*Beneficiação de Estabelecimento Comercial*” existente, aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 10/04/1973, à qual correspondeu a emissão do Alvará de Licença de Construção n.º 783/73, de 01/10.

Presente parecer técnico dos serviços, referindo a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do Projecto de Arquitetura apresentado, com determinadas condições.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presente parecer técnico dos serviços que atesta estarem os Projetos das Especialidades apresentados, aptos a merecer aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. Execução dos arranjos exteriores tidos por necessários ao bom acabamento da obra.
2. A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.
3. Nos termos do disposto no n.º 3 do art. 3.º do Decreto-Lei n.º 259/2007, de 17/07, diploma que estabelece o regime a que está sujeita a instalação e modificação dos estabelecimentos de comércio ou de armazenagem de produtos alimentares, bem como dos estabelecimentos de comércio de produtos não alimentares e de prestação de serviços, antes da emissão da Autorização de Utilização, deverá remeter à Câmara Municipal, com cópia à Direção Geral das Atividades Económicas do Ministério da Economia e do Emprego, Declaração Prévia prevista no art. 4.º do mesmo diploma legal, elaborada e instruída de acordo com o modelo publicado em anexo à Portaria n.º 790/2007, de 23/07, na qual se responsabiliza que o estabelecimento cumpre todos os requisitos adequados ao exercício da atividade.
4. A *“afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, industrial, artesanal ou liberal, independentemente do suporte utilizado para a sua divulgação, quando visíveis ou perceptíveis do espaço público”*, ficam sujeitas a licenciamento, no âmbito do regime previsto no Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público com Equipamento Mobiliário Urbano do Município da Marinha Grande.
5. Nos termos do disposto no n.º 1 do art.º 94.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, as obras de construção civil nas praias do Concelho são interditas no período compreendido entre 1 de Julho e 31 de Agosto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N.º 1438/12 – PC N.º 116/11 – ANTÓNIO MANUEL BOIÇA SANTOS

538 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Alteração e Ampliação de Habitação*” incluindo a “*Legalização de Construções Anexas*” existentes, levadas a efeito num prédio urbano localizado na Rua do Brejo, Lugar de Pilado, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 10/05/2012.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes informações técnicas dos serviços que atestam estarem os Projetos das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**
2. **A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.**

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.
3. Nos termos do n.º 6 do art. 54.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N.º 1259/12 – PC N.º 378/99 – CASTRO LUSO – EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA.

539 - Presente requerimento de Castro Luso – Empreendimentos Imobiliários, Lda. e Outro, titulares do Processo de Licenciamento n.º 378/99, referente à Operação de Loteamento Urbano com Obras de Urbanização, levado a efeito ao abrigo do Alvará de Loteamento com Obras de Urbanização n.º 2/2006, no Lugar de Trutas, Freguesia de Marinha Grande, a solicitar a Receção Definitiva das Obras de Urbanização realizadas no âmbito das condicionantes impostas ao referido licenciamento.

Presente igualmente o Auto de Receção Definitiva da Comissão de Vistorias.

Após análise da pretensão e do respetivo Auto de Receção Definitiva, a Câmara deliberou aceitar a Receção Definitiva das Obras de Urbanização supra referidas, conforme auto anexo.

Mais deliberou mandar libertar a hipoteca a favor da Câmara Municipal, do prédio descrito na Conservatória do Registo predial de Marinha Grande, sob o n.º 15799 e inscrito na respetiva matriz sob o n.º 18496, correspondente ao Lote n.º 1, bem como do prédio urbano descrito na Conservatória do Registo Predial de Marinha Grande, sob o n.º 15800 e inscrito na respetiva matriz sob o n.º 18497, correspondente ao Lote n.º 2, ambos do referido Loteamento Urbano, no valor de 24.731,89€ (vinte e quatro mil setecentos e trinta e um euros e oitenta e nove cêntimos) correspondendo a 10% do valor da caução inicial, sendo o valor de 18.799,29€ (dezoito mil setecentos e noventa e nove euros e vinte e nove cêntimos) correspondente às infraestruturas de urbanização e o valor de 5.932,60€ (cinco mil novecentos e trinta e dois euros e sessenta cêntimos), correspondente às infraestruturas elétricas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DE CONCESSÃO DA LOJA DESTINADA A CAFÉ NO MERCADO DA PRAIA DA VIEIRA – OURIÇO DO MAR, LDA

540 - Presente requerimento, datado de 30-08-2012, da concessionária da loja do mercado da Praia da Vieira, destinada a café, sociedade Ouriço do Mar, Lda, com sede em Rua dos Cerrados, nº 5, Praia da Vieira no qual refere que não está interessada na continuação da referida concessão, na medida em que o espaço não tem condições para que possa ser exercida a atividade e por esse motivo foram entregues, presencialmente no Gabinete de Atendimento ao Munícipe, as chaves da referida loja.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
06/09/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 19

A requerente solicita ainda que lhe sejam restituídos os valores das taxas pagas desde o mês de maio - data em que lhe foi endereçada uma carta a informá-la que pelo facto de a loja estar encerrada há mais de um ano iriam ser tomadas as diligências necessárias para a sua desocupação - até ao mês de setembro de 2012.

A Câmara tomou conhecimento destes factos e, enquanto órgão responsável pela gestão de instalações e equipamentos integrados no património municipal (alínea f) do nº 2 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro com a redação da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro) delibera declarar, ao abrigo da alínea b) do nº 1 do artigo 35º Regulamento dos Mercados Municipais da Marinha Grande, a caducidade da licença emitida a favor da sociedade Ouriço do Mar, Lda, com sede em Rua dos Cerrados, nº 5, Praia da Vieira, para exploração da loja, do mercado da Praia da Vieira, por esta ter renunciado voluntariamente à concessão, com efeitos a partir de 31-08-2012.

A presente deliberação produz efeitos a partir de 31-08-2012.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - ESTABELECIMENTO DE BEBIDAS “ROSIS PUB” – S. PEDRO DE MOEL – PROPRIETÁRIA: ISABEL MARIA MARQUES LEMOS – VIOLAÇÃO DO LIMITE MÁXIMO DO CRITÉRIO DE INCOMODIDADE NO PERÍODO NOTURNO – REGULAMENTO GERAL DO RUÍDO – MEDIDA CAUTELAR PREVENTIVA E TEMPORÁRIA – AUDIÊNCIA PRÉVIA – APRECIACÃO DE ALEGAÇÕES – DECISÃO FINAL.

541 - Por deliberação desta Câmara Municipal tomada em reunião de 5 de julho de 2012, foi determinada a realização de audiência prévia da proprietária do estabelecimento de bebidas denominado “Rosis Pub”, sito na Rua Dr. Adolfo Leitão, n.º 23, S. Pedro de Moel, na pessoa da sua mandatária, Dr.ª. Catarina Leal, sobre a intenção de ordenar o encerramento preventivo do estabelecimento às 23 horas, todos os dias da semana, de modo a evitar as consequências do excesso de ruído incomodativo que o funcionamento do estabelecimento tem vindo a causar, em violação do limite legal do critério de incomodidade que é de apenas 5 dB(A).

Em 20 e 27 de Julho de 2012, foram recebidas as alegações da proprietária do estabelecimento, Isabel Maria Marques Lemos, nas quais, em síntese:

- ✓ é contestado o resultado do relatório da avaliação acústica e do grau de incomodidade mandado realizar pela Câmara Municipal e questionada a razão da sua validade face à desconsideração dos demais relatórios constantes do processo;
- ✓ é imputada responsabilidade ao reclamante por não ter efetuado o adequado isolamento acústico da sua habitação;
- ✓ é requerida a audição do reclamante sobre quais as medidas que, em concreto, entende deverem ser adotadas para ver sanada a sua incomodidade.

Notificado o reclamante na pessoa do seu mandatário, Dr. José Gonçalves Ferreira, a pronunciar-se quanto àquela última questão, respondeu o mesmo em 13-08-2012, alegando, em síntese, que: deve o estabelecimento ser totalmente insonorizado; deve ser trabalhado o volume sonoro num patamar substancialmente inferior e deve o estabelecimento funcionar com as portas e janelas encerradas, devendo o encerramento ser decretado de imediato até que tal se verifique.

Em 21-08-2012, por ofício S/3741/2012, a Câmara Municipal notificou a mandatária da proprietária do estabelecimento, Dr^a. Catarina Leal, da resposta do reclamante e determinou que até à tomada da presente decisão final, a gerência do estabelecimento deveria reduzir drasticamente o volume do som da música e abster-se de realizar qualquer tipo de espetáculo de natureza artística como é o caso de música ao vivo, já que o bar não possui alvará de licença de recinto para a realização de espetáculos e de divertimentos públicos, nos termos exigidos pelos artigos 10.º, n.ºs. 1 e 7 e 17.º, ambos do Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de Dezembro, cuja violação constitui contraordenação prevista e punível pelo artigo 21.º, n.º 1, alínea a) do citado Decreto-Lei n.º 309/2002, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro, com coima graduada de 498,80€ a 3.740,98€, para pessoas singulares.

A Câmara apreciou e tendo em consideração que:

- Não obstante as notificações enviadas à proprietária pela Câmara Municipal e a alegada predisposição manifestada por aquela, de adotar as medidas necessárias à eliminação do ruído incomodativo provocado na habitação do reclamante, a verdade é que os níveis de ruído se mantêm bastante acima do limite legal de 5 dB(A), não se tendo verificado melhoria da situação que tem motivado as reclamações e que incidem, fundamentalmente, sobre o período noturno, mesmo após a instalação, do limitador de som calibrado referido pela interessada;
- Ao contrário do que afirmou a mandatária da proprietária, os resultados dos relatórios de avaliação de conformidade acústica apresentados pela interessada e também os de avaliação de incomodidade sonora apresentados pelo reclamante, foram todos considerados, mas são anteriores à data do requerido pela Câmara Municipal;

- Este relatório, realizado em abril de 2012, revela que as medidas de redução do ruído incomodativo que a proprietária afirmou ter adotado no estabelecimento, não se mostraram eficazes e adequadas a essa finalidade, já que o Relatório de Avaliação de Ruído Ambiental realizado a pedido da Câmara Municipal concluiu que quanto ao critério de incomodidade o estabelecimento apresentava ainda o valor de 11,7 dB (A), quando o limite legal é de 5 dB(A);
- No caso concreto, temos por um lado o direito dos moradores e do reclamante ao repouso, ao sono e a um ambiente de vida humano sadio e ecologicamente equilibrado e, por outro, o direito dos comerciantes ao retorno do seu investimento e à busca do lucro;
- Segundo conclusões da Organização Mundial de Saúde, o ruído constitui uma ofensa ecológica com repercussões psicológicas e fisiológicas graves, podendo implicar, além do mais, distúrbios no sono e problemas psicológicos como a irritabilidade, a fadiga e a diminuição da capacidade de concentração;
- O direito à qualidade de vida tem vindo a assumir um papel preponderante no topo das preocupações de todos os ordenamentos jurídicos e da legislação hodierna, não podendo ceder perante outros de categoria considerada inferior, procurando-se que a sua limitação não exceda a exacta proporção em que é exigida pela tutela razoável de todos os interesses;
- O descanso, a tranquilidade e o sono são direitos fundamentais constitucionalmente consagrados, que se inserem no direito à integridade física, preceituando o art.º 25.º n.º 1 da Constituição da República Portuguesa que “*A integridade moral e física das pessoas é inviolável*”;
- A jurisprudência firmada do STJ-Supremo Tribunal de Justiça tem sido inequívoca e perentória ao considerar que (a título de exemplo vejam-se os Acórdãos 15-03-2007 – Proc.º 07B585, de 17-04-2012 – Proc.º 1529/04.7TBABF.E1.S1, de 19-04-2012 – Proc. 3920/07.8TBVIS.C1.S1):
 - Os direitos ao sossego, ao repouso e ao sono traduzem-se em factores que se mostram potenciadores, em grau muito elevado, da recuperação física e psíquica da pessoa, nomeadamente nas situações da vida quotidiana em que a suspensão da actividade laboral, por motivo de férias, tem como principal escopo a prossecução de tais fins, constituindo-se esses direitos como uma emanção do direito à integridade física e moral da pessoa e a um ambiente de vida sadio, direitos esses acolhidos, como direitos de personalidade, na Declaração Universal dos Direitos do Homem (art.º 24.º), encontrando-se

constitucionalmente consagrados, como direitos fundamentais, nos artigos 16.º e 66.º da Constituição da República Portuguesa.

- A actividade de bar com aparelhos de som e música, junto a residências privadas, especialmente com carácter habitual, nas horas consagradas ao descanso reparador da generalidade das pessoas, é, ainda que potencialmente, gravemente lesiva do sono dos habitantes de tais residências e, consequentemente, do seu indeclinável direito ao descanso e à saúde, como integrantes do direito à vida e à integridade física, além de outros, como o direito a um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado, portanto, como direitos de personalidade, legal, constitucional e supranacionalmente tutelados, como é por demais sabido.
- Os direitos de personalidade são direitos absolutos, prevalecendo, por serem de espécie dominante, sobre os demais direitos, em caso de conflito, nomeadamente sobre o direito de propriedade e o direito ao exercício de uma actividade comercial (v.g. Pires de Lima e Antunes Varela, *C. C. Anot.*, 4ª ed., pág. 104, Jorge Miranda, *Manual de Direito Constitucional*, IV, págs. 145-146, J. Gomes Canotilho, *RLJ*, 125º- 538).
- O direito ao repouso, ao sossego, ao ambiente e à qualidade de vida dos habitantes deve considerar-se superior ao direito de exploração da actividade comercial ruidosa ou incómoda, devendo averiguar-se se no caso, a prevalência dos direitos relativos à personalidade não resulta em desproporção intolerável, face aos interesses em jogo, certo que o sacrifício e compressão do direito inferior deverá apenas ocorrer na medida adequada e proporcionada à satisfação dos interesses tutelados pelo direito dominante.
- O período noturno é fixado entre as 23 e as 7 horas – art.º 3.º, alínea p), iii) do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 1 de Agosto;
- O exercício de actividades ruidosas permanentes em zonas mistas ou sensíveis ou nas suas envolventes – como é o caso do estabelecimento “Rosis Pub”, sito na Rua Dr. Adolfo Leitão, n.º 23, S. Pedro de Moel - está vinculado ao cumprimento dos valores limite de exposição fixados no art.º 11.º do Regulamento Geral do Ruído e ao cumprimento do critério de incomodidade considerado no art.º 13.º n.º 1 do mesmo Regulamento, que a proprietária tem vindo a afrontar com o funcionamento do seu estabelecimento, em especial no período noturno;
- O exercício de actividades ruidosas temporárias, como é o caso de reprodução de música e produção de espetáculos de música ao vivo, é interdito na proximidade de

edifícios de habitação, aos sábados, domingos e feriados e nos dias úteis entre as 20 e as 8 horas, salvo quando expressamente autorizadas pela Câmara Municipal através da emissão de uma licença especial de ruído, nos termos dos artigos 14.º, alínea a) e 15.º n.º 1 do mesmo RGR;

- A actividade musical desenvolvida no estabelecimento, quer em termos de reprodução através de aparelhagem quer em termos de produção de espetáculos de música ao vivo, não pode deixar de ser considerada como um facto directamente dependente da vontade da proprietária/exploradora, já que tais atividades lúdicas são directa e inquestionavelmente por si controláveis, nomeadamente numa zona de lazer e de elevada projecção turística como é S. Pedro de Moel;
- O edifício foi licenciado pela Câmara Municipal através do alvará de autorização de utilização n.º 62/10, de 31-05-2010, para os seguintes usos: comércio no r/c para estabelecimento de bebidas e o 1º andar para habitação;
- A proprietária/exploradora do estabelecimento não requereu o licenciamento específico para recinto de espetáculos e de divertimentos públicos, nos termos artigos 10.º, n.ºs. 1 e 7 e 17.º, ambos do Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro, pelo que não se encontra legitimada para nele realizar espetáculos de natureza artística como é o caso de música ao vivo;
- A Câmara Municipal, enquanto entidade fiscalizadora do Regulamento Geral do Ruído, pode ordenar a adoção das medidas imprescindíveis para evitar a produção de danos graves para a saúde humana e para o bem-estar das populações em resultado de actividades que violem o disposto no Regulamento Geral de Ruído, como é o caso demonstrado pelo Relatório de Avaliação de Ruído Ambiental que mandou realizar;
- A medida cautelar e temporária de suspensão da atividade do estabelecimento a partir das 23H00 parece revelar-se a única idónea e adequada à cessação do grau de incomodidade devida ao ruído que impede o descanso do reclamante quando utiliza a sua habitação confinante com aquele, seja em período de férias, seja em período de lazer e fins de semana,

Delibera, nos termos e ao abrigo da competência que lhe é conferida, conjugadamente, pelos artigos 26.º, alíneas b) e d) e 27.º, do Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de janeiro e alterado pelo Decreto-Lei n.º 278/2007, de 1 de agosto, ordenar o encerramento preventivo do estabelecimento de bebidas denominado “Rosis Pub”, às 23 horas, todos os dias da semana, de modo a evitar as consequências do excesso de ruído incomodativo que o seu funcionamento tem vindo a causar, em violação do limite legal do critério de

incomodidade que é de apenas 5 dB(A), nos termos evidenciados pelo Relatório de Avaliação de Ruído Ambiental realizado em abril de 2012, pela sociedade Manuel Martins, Serviço de Engenharia, Lda..

Esta medida cautelar e preventiva, será mantida até que a proprietária do estabelecimento execute todas as medidas e intervenções que se mostrarem adequadas e eficazes à cessação definitiva das fontes causadoras do ruído incomodativo medido e informe esta entidade das mesmas e dos resultados obtidos.

O incumprimento desta medida cautelar constitui contraordenação grave prevista e punível pelo art.º 28.º, n.º 2, alínea i) do citado RGR, conjugado com o art.º 22.º, n.º 3, alínea a), com coima graduada de 2.000€ a 10.000, em caso de negligência e de 6.000€ a 20.000€, em caso de dolo.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 3 votos a favor e 3 abstenções dos Srs. Vereadores Dr. António Santos, Dr.ª Alexandra Dengucho e Dr. Vítor Pereira.

O Sr. Vereador Dr. António Santos proferiu a seguinte declaração de voto:

“

- *Debruçando-nos melhor sobre a questão em apreciação, concluímos, da nossa parte, que ao tomarmos anterior posição, não levámos em conta elementos que, na altura, não tínhamos nem nos foram facultados, talvez por culpa nossa de que nos penitenciamos.*
- *Temos conhecimento da discrepância dos resultados das avaliações acústicas, aliás constante do relatório anterior e à existência de outros estabelecimentos comerciais contíguos ao Rosis, também potencialmente causadores de ruídos.*
- *O que, nos coloca numa situação de dúvida razoável e formal sobre a pretensão do requerente e que a Câmara, a nosso ver, não tem meios probatórios nem é da sua competência avaliá-los, na medida em que só os Tribunais, com a prerrogativas e competências que lhe assistem, poderão em consciência apurar da razões das partes envolvidas*
- *Tanto mais que, por outro lado, parece ter sido o requerente que se colocou voluntariamente na situação de que agora se queixa, uma vez que, o ruído do estabelecimento só o passou a incomodar após as obras que realizou na sua moradia, com especial ênfase para o facto daquele, à data, se encontrar já em funcionamento há mais de 30 anos.*
- *Face ao exposto, votaríamos favoravelmente se a decisão fosse no sentido de remeter, face às dúvidas e razões acima suscitadas, as partes envolvidas para os meios judiciais, na medida em que a Câmara não pode tomar partido de uma das partes sem serem avaliadas, convenientemente, pelas entidades competentes (os Tribunais), as provas que ambas as partes, naturalmente, dispõem.*

- *Assim, e porque nos subsistem fundadas dúvidas tendo em atenção o que superiormente foi descrito, optamos pela abstenção.”*

14 - PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO POR DANOS SOFRIDOS NUM PNEU EM ACIDENTE DE VIAÇÃO – REQUERENTE: HÉLDER JOSÉ ANDRADE DOMINGUES - RUA DO CARVALHO – MOITA – RESPONSABILIDADE CIVIL – INSUFICIÊNCIA DE ELEMENTOS DE PROVA – APRECIACÃO – PROPOSTA DE INDEFERIMENTO– AUDIÊNCIA PRÉVIA.

542 - Presente requerimento apresentado em 20-04-2012, por Hélder José Andrade Domingues (registo de entrada n.º E/3378/2012), no qual solicita indemnização pelos danos causados no pneu frontal direito da sua viatura quando, no dia 27 de fevereiro último, cerca das 02H00, ao sair da E.N. 242 e entrar na Rua do Carvalho, na Moita, bateu num buraco aberto para substituição de uma válvula da rede de águas, e que imputa aos serviços municipais.

Presente Informação n.º I/828/2012-FO, de 20-08-2012, na qual se apreciam os factos invocados pelo requerente e as provas produzidas, e se conclui que pela não verificação cumulativa dos pressupostos da responsabilidade civil extracontratual (das pessoas colectivas públicas no domínio dos actos de gestão pública) designadamente o pressuposto da existência de facto ilícito e o pressuposto da culpa, porquanto não foram violados os seus deveres de cuidado na vigilância sobre as vias intervencionadas.

A Câmara Municipal apreciou e concordando com os fundamentos de facto e de direito constantes da citada informação n.º I/828/2012 - FO, que fica anexa (**Anexo 2**) à presente deliberação e que aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera notificar o requerente Hélder José Andrade Domingues do presente projecto de decisão final de indeferimento do seu pedido, concedendo-lhe o prazo de 10 dias úteis a contar do recebimento da notificação, para dizer por escrito, o que se lhe oferecer sobre o mesmo, nos termos do previsto nos artigos 100.º e 101.º do CPA- Código do Procedimento Administrativo.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL DO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO – REQUERENTE: BETINA DA LUZ MARQUES - DEFERIMENTO.

543 - Presente Informação Jurídica n.º 868/2012, de 22/08/2012, a qual conclui que se encontram preenchidos os requisitos legais da responsabilidade civil extracontratual por facto ilícito do Município da Marinha Grande (anexo IV);

Presente Informação da DOEM, emitida via Webdoc, em 21 de Agosto de 2012 (anexo III);

Presente movimentos Webdoc correspondentes à E/5449/2012 (anexo II)

Presente requerimento n.º E/5449/2012, de 09/07/2012, apresentado pela lesada Betina da Luz Marques, na qual junta quer orçamento de reparação do veículo e requer indemnização no valor de 163,20 €, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondente ao valor da reparação dos danos causados no veículo, em 08 de julho de 2012, pela existência de um buraco, não sinalizado, numa via de circulação rodoviária cuja gestão compete à Câmara Municipal – Estrada Principal do Pilado - e cujo pavimento é composto por betuminoso, quer declaração/informação respeitante ao acidente de viação, prestada perante a Guarda Nacional Republicana (anexo I).

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação n.º 868/2012, de 22/08/2012 (anexo IV) Anexo 3 da presente ata, que se dá por reproduzida, delibera indemnizar a lesada Betina da Luz Marques, contribuinte n.º 229 277 896, no montante de cento e sessenta e três euros e vinte cêntimos, acrescidos do IVA à taxa legal em vigor, na medida em que se encontram reunidos os pressupostos da responsabilidade civil extracontratual das pessoas colectivas públicas, de acordo com o artigo 7.º, do Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas, aprovado pela Lei n.º 67/2007, de 31 de Dezembro.

O referido pagamento fica condicionado à apresentação nesta Câmara Municipal do original da factura emitida pela Sociedade Gandypneus – Comércio de Pneus e Assistência Técnica, Lda.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

16 - CONTRATO DE ARRENDAMENTO. IMPLANTAÇÃO DE INDÚSTRIA BETUMINOSA. ALTERAÇÃO.

544 - Em 20 de fevereiro de 2002, foi celebrado um contrato de arrendamento de dois prédios rústicos com vista à implantação de uma indústria betuminosa, na sequência de deliberação camarária, de 22 de novembro de 2001.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
06/09/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 19

Constatou-se agora que os prédios identificados no referido contrato não correspondem aos prédios efetivamente arrendados e ocupados pelo arrendatário (informação da Divisão de Gestão Financeira, de 02/08/2012).

Assim, importa promover a alteração do contrato no que respeita à identificação dos prédios rústicos arrendados de modo a conformá-lo com a realidade.

A alteração do contrato não agrava a posição jurídica do arrendatário, nem afeta os pressupostos subjacentes ao arrendamento.

Nestes termos, a Câmara Municipal delibera alterar o contrato de arrendamento, com o n.º 15/2002, celebrado em 20 de fevereiro de 2002, substituindo a menção aos artigos matriciais rústicos 10323 e 5692 pelos artigos matriciais rústicos 5701 e 5703 e correspondentemente as descrições registrais 07104/080992 e 00349/020485 pelas descrições 00350/020485 e 01280/030986.

Mais delibera aprovar a minuta do contrato que consubstancia a alteração em causa.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL – PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO

545 - Presente minuta de protocolo apresentada pela Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental – APPACDM, cujo objecto é dar continuidade à actividade ocupacional proporcionada ao utente, Armando Miguel dos Santos Torga, com vista à promoção da sua valorização pessoal e integração social, de forma a garantir o desenvolvimento possível das suas capacidades sem exigências de rendimento profissional ou de enquadramento normativo de natureza jurídico-laboral.

As actividades ocupacionais permitem assegurar condições de equilíbrio físico e psicológico a pessoas com deficiências graves que por este facto não podem ser integrados nas organizações.

Essas actividades socialmente úteis podem, nos termos do artigo 1.º, n.ºs 2 e 3, alínea b), da Portaria n.º 432/2006, de 3 de Maio, ser desenvolvidas em estruturas de atendimento, nomeadamente, serviços das autarquias locais, sem que impliquem qualquer enquadramento jurídico-laboral, mantendo porém, as pessoas portadoras de deficiência, activas e interessadas.

A Câmara Municipal sempre se mostrou sensível a estas questões, pelo que entende que o referido protocolo promove essa integração social e dignifica os indivíduos portadores de deficiência.

Considerando que a Assembleia Municipal na sua sessão extraordinária de 13/07/2012 deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromisso plurianual “para o fornecimento de refeições para Armando Miguel dos Santos Torga”, dando cumprimento ao disposto no artigo 6.º, n.º 1, alínea c) da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro.

Nestas circunstâncias e uma vez que, de acordo com o artigo 13.º, n.º 1, alínea h), da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, que estabelece o quadro de transferência de atribuições e competências para as autarquias locais, os municípios dispõem de atribuições no domínio da acção social, a Câmara Municipal, ao abrigo dos artigos 64.º, n.º 7, alínea d), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações que lhe foram dadas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e 4.º n.º 1, da Portaria n.º 432/2006, de 3 de Maio, delibera celebrar o protocolo com a APPACDM, com vista à integração do utente Armando Miguel dos Santos Torga, o qual se anexa (Anexo 1) à presente ata e faz parte integrante desta deliberação.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.

18 - REDE DE SANEAMENTO NO LUGAR DE PASSAGEM – 2ª FASE – VIEIRA DE LEIRIA - CP N.º 04/2011 (DOEM) – TRABALHOS A MENOS.

546 - Presente informação da DOEM com a ref. SS.255.2012, na qual se propõe a aprovação de trabalhos a menos no valor de 26.585,19 € (Vinte e seis mil, quinhentos e oitenta e cinco euros e dezanove cêntimos).

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a ref.ª SS.255.2012, que fica anexa (Anexo 4) e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera aprovar trabalhos a menos no valor de 26.585,19 € (Vinte e seis mil, quinhentos e oitenta e cinco euros e dezanove cêntimos), da empreitada designada por “REDE SANEAMENTO NO LUGAR DE PASSAGEM – 2ª FASE – VIEIRA DE LEIRIA”, adjudicada à firma “TRANSBARQUEIRO – TRANSPORTES, L.DA”, de acordo com o disposto no artigo 379º do Código dos Contratos Públicos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**19 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO
ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O
ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO
SELECT DO SOFTWARE BENTLEY**

547 - A Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2012, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 26º da Lei do Orçamento de Estado de 2012, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 8 do art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 9/2012 de 10 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro,

alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, e Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o nº 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos nºs 4 e 8 do artigo 26.º da Lei nº 64 – B/2011, de 30 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento da DGAEP, formulado nas suas FAQ'S, que o art.º 26 da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do nº 8 do artigo 26º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos nºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, atento o disposto no nº 1 do art.º 20.º e no nº 1 do art.º 26.º ambos da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, de acordo com o qual a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2012, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2011.

Presente informação SS.og.2012 e requisição interna nº 8542 da DOP, na qual se justifica a necessidade de se proceder à contratação de serviços de manutenção Select do software Bentley, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no nº8.º do artº 26.º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012.

O procedimento a adoptar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na prestação de serviços de manutenção Select do software Bentley, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção de despesa relativa à *“MANUTENÇÃO SELECT DO SOFTWARE BENTLEY”*, na classificação orgânica/económica 09/020219 e ação do PAM 2012/A/9 e que foi emitido cabimento pelos serviços da Área de Finanças da Divisão de Gestão Financeira, em anexo.

Considerando que o preço base a aplicar é de 9.790,20 euros, a acrescer de IVA à taxa 23%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objecto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10%, atento contrato celebrado em 2011, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Considerando que a entidade, sugerida pelo serviço requisitante, a convidar para apresentar proposta foi a BENTWARE-INFORMÁTICA, UNIPESSOAL LDA.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação de *“Serviços de manutenção Select do software Bentley”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO nº 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE VALAS E LINHAS DE ÁGUA NAS FREGUESIAS DE MARINHA GRANDE, VIEIRA DE LEIRIA E MOITA.

548 - A Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2012, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 26º da Lei do Orçamento de Estado de 2012, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 8 do art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 9/2012 de 10 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro,

alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, e Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o nº 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei nº 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos nºs 4 e 8 do artigo 26.º da Lei nº 64 – B/2011, de 30 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento da DGAEP, formulado nas suas FAQ'S, que o art.º 26 da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do nº 8 do artigo 26º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos nºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, atento o disposto no nº 1 do art.º 20.º e no nº 1 do art.º 26.º ambos da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, de acordo com o qual a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2012, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2011.

Presente informação I.A.101/2012 e requisição interna nº 11099 da DASUP, na qual se justifica a necessidade de se proceder à contratação da *“Prestação de serviços de limpeza de valas e linhas de água nas freguesias de Marinha Grande, Vieira de Leiria e Moita”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no nº8.º do artº 26.º da Lei nº 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012.

O procedimento a adoptar é o concurso público, atendendo a que se prevê a celebração de um contrato de valor inferior a 200.000 euros, nos termos do Regulamento (UE) N.º 1251/2011 da Comissão de 30 de Novembro de 2011 que altera as Directivas 2004/17/CE, 2004/18/CE e 2009/81/CE do Parlamento Europeu e do Conselho no respeitante aos seus limiares de aplicação no contexto dos processos de adjudicação de contratos e sem prejuízo do limite de autorização de despesa consagrado com art.º 18º, nº1, alínea a) do Decreto-Lei 197/99 de 8 de Junho.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na prestação de serviços inerentes ao procedimento para a *“Prestação de serviços de limpeza de valas e linhas de água nas freguesias de Marinha Grande, Vieira de Leiria e Moita”*, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano Plurianual de Actividades de 2012 a dotação para a assunção de despesa relativa à *“LIMPEZA DE VALAS E LINHAS DE ÁGUA”* na classificação orgânica/económica 11/020225 e ação do PAM 2012/A/58 e que foi emitido cabimento pelos serviço da Área de Finanças da Divisão de Gestão Financeira, em anexo.

Considerando que o preço base a aplicar é de 6.007,50 euros, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objecto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10%, atento contrato celebrado em 2011, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Face ao exposto e considerando que se encontram cumpridos os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação da *“Prestação de serviços de limpeza de valas e linhas de água nas freguesias de Marinha Grande, Vieira de Leiria e Moita”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE E EMISSÃO DE CARTÕES TIPO PASSE PARA O ANO LETIVO 2012/2013

549 - A Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2012, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 26º da Lei do Orçamento de Estado de 2012, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 8 do art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 9/2012 de 10 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do

parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro, e nos n.ºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis n.ºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, e Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64 – B/2011, de 30 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento da DGAEP, formulado nas suas FAQ'S, que o art.º 26 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2012, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 8 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011, atento o disposto no n.º 1 do art.º 20.º e no n.º 1 do art.º 26.º ambos da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, de acordo com o qual a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2012, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2011.

Presente informação e requisição interna da DEDIS, na qual se justifica a necessidade de se proceder à contratação de serviços de transporte escolar para os alunos do concelho da Marinha Grande e emissão de cartões tipo passe para o ano letivo 2012/2013, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 8 do artº

26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012.

O procedimento a adoptar é o ajuste directo nos termos do artigo 24.º 1, alínea e) do Código dos Contratos Públicos, atenta a exclusividade da empresa Rodoviária do Tejo S.A. nos circuitos utilizados pelos alunos do concelho da Marinha Grande, sendo esta a empresa a concessionária deste serviço público, conforme anexo.

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste em serviços de transporte escolar para os alunos do concelho da Marinha Grande e emissão de cartões tipo passe para o ano letivo 2012/2013, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Orçamento da Despesa e Plano de Atividades Municipais de 2012 a dotação para a assunção da despesa relativa ao *“TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS NO ANO LECTIVO 2012/2013”* na classificação orgânica/económica 07/020210, ação do PAM 2012/A/37, e na classificação orgânica/económica 07/020225 do Orçamento da Despesa.

Considerando que o preço base a aplicar é de 27.713,00 euros, a acrescer de IVA à taxa legal em vigor, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objecto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10%, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º26º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica ao contrato de *“Transporte escolar para os alunos do concelho da Marinha Grande e emissão de cartões tipo passe para o ano letivo 2012/2013”*, que se pretende celebrar.

Considerando que a alínea c) do n.º 1 do art.º 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro determina a obrigatoriedade da autorização prévia da Assembleia Municipal sempre que se verifique a necessidade da assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que a Assembleia Municipal, na sua sessão 13/07/2012, deliberou conceder autorização prévia à assunção de compromissos plurianuais com a celebração do contrato de *“Transporte escolar para os alunos do concelho da Marinha Grande e emissão de cartões tipo passe para o ano letivo 2012/2013”*, dando cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro, conforme deliberação em anexo.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumprido o requisito preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro e os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 26º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011 de 30 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação do serviço de *“Transporte escolar para os alunos do concelho da Marinha Grande e emissão de cartões tipo passe para o ano letivo 2012/2013”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

22 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 8 DO ARTIGO 26 DA LEI N.º 64-B/2011 DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2012 – FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PARA OS ALUNOS DO JARDIM DE INFÂNCIA DA BOAVISTA PARA O ANO LETIVO 2012/2013

Assunto retirado da ordem do dia, por se ter tornado desnecessário.

23 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS REFERENTES À RUA JÚLIO BRAGA BARROS E PRACETA DA LIBERDADE, AS QUAIS SE ENCONTRAM SOB O REGIME DE RENDA APOIADA, COM ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE 01 DE OUTUBRO DE 2012

550 - Presente informação nº 853 da Divisão de Educação, Desporto e Intervenção Social - DEDIS - datada de 16/08/2012, referente à atualização anual das rendas de habitação social, da Rua Júlio Braga Barros e Praceta da Liberdade.

Considerando que os contratos de arrendamento em causa se regem pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de maio);

Considerando que o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando que ficou demonstrada a alteração dos rendimentos das famílias em causa;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de maio, a renda atualiza-se, também anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar;

A Câmara analisou a referida informação e nos termos do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, delibera no uso da competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do art. 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, proceder à atualização anual das rendas de habitação social constantes no seguinte quadro:

Rua Júlio Braga Barros

BLOCO	MORADOR	FRACÇÃO	CONTRATO	RENTA 2011	RENTA 2012
5	Célia Mª Ramos F. Lourenço	2ºD	28/09/2005	8,21€	4,85€

Praceta da Liberdade

BLOCO	MORADOR	FRACÇÃO	CONTRATO	RENTA 2011	RENTA 2012
6	Maria Alice Alves Nunes	3º Dto.	12/09/2008	8,35€	7,00€

Mais delibera, que os valores das rendas acima descritas entrem em vigor a partir do dia 1 de outubro de 2012.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

24 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia cinco de setembro de dois mil e doze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**:

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
06/09/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 19

1.115.954,93 € (um milhão, cento e quinze mil, novecentos e cinquenta e quatro euros e noventa e três cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

551 - De acordo com o previsto no art.º 83º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:

- 1. REQ. N.º 1240/12 – PC N.º 214/12 – ARTUR JORGE DOMINGUES DA SILVA**
- 2. REQ. N.º 1462/12 – PC N.º 374/11 – ANIBAL ASCENSO ANDRÉ**
- 3. REQ. N.º 1413/12 – PC N.º 249/12 – ROGÉRIO PESCADA GOMES**
- 4. REQ. N.º 914/12 – PC N.º 112/12 – MARIA JOÃO MOLEIRINHO MENDES BATISTA**
- 5. REQ. N.º 1352/12 – PC N.º 242/12 – ALZIRA CARDOSO OLIVEIRA MACHADO SOUSA**
- 6. REQ. N.º 1416/12 – PC N.º 230/12 – JOSÉ FRANCISCO SOUSA JUNIOR**
- 7. REQ. N.º 867/12 – PC N.º 139/08 – JOSÉ DE JESUS PEREIRA**
- 8. REQ. N.º 1343/12 – PC N.º 240/12 – MARIA GRACIETE SILVA PEREIRA VILELA PEREIRA**

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - REQ. N.º 1240/12 – PC N.º 214/12 – ARTUR JORGE DOMINGUES DA SILVA

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
06/09/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 19

552 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Legalização da Alteração de Edifício*” existente, localizado num prédio urbano sito na Rua da Índia, Lugar de Ordem, Freguesia de Matinha Grande, dispondo do seguinte antecedente:

Processo Camarário n.º 266/1988, em nome de MAFEPRE, LDA. referente à obra de “*Ampliação de Instalações*” existentes, aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 20/04/1988, à qual correspondeu a emissão do Alvará de Licença de Obras n.º 738/89, de 24/08.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam estar o Projeto de Arquitetura apresentado, apto a merecer aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, dos Projetos das Especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**
2. **Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**

Mais deliberou informar o requerente que, nos termos do n.º 6 do art. 54.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

2 - REQ. N.º 1462/12 – PC N.º 374/11 – ANIBAL ASCENSO ANDRÉ

553 - Presente Pedido de Licenciamento referente à “*Legalização da Alteração de Moradia*” existente, localizada na Rua da Cerca, Lugar de Passagem, Freguesia de Vieira de Leiria, dispondo de Projeto de Arquitetura aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 11/04/2012.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam estarem os Projetos das Especialidades apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.
2. A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.
3. Nos termos do n.º 6 do art. 54.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - REQ. N.º 1413/12 – PC N.º 249/12 – ROGÉRIO PESCADA GOMES

554 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Construção de uma Moradia e Muros de Vedação*”, a levar a efeito num prédio urbano sito na Guarda Nova, Freguesia de Marinha Grande.

Presentes pareceres técnicos dos serviços que atestam estar o Projeto de Arquitetura apresentado, apto a merecer aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Apresentação, no prazo de seis meses a contar da data da notificação, dos Projetos das Especialidade aplicáveis, nos termos do n.º 4 do art. 20.º do**

- Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.
2. Apresentação, em igual período, de Peça Gráfica correspondente ao Pormenor do Recetáculo Postal de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, alterado pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09 e Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.
 3. Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra, devendo os muros de vedação serem realizados em alvenaria, devidamente rebocados e pintados.
 4. A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.
 5. Aquando do início da construção, após a abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos Serviços de Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, sendo o registo dessa deslocação no respetivo livro de obra, imprescindível para isenção de vistoria na futura concessão da respetiva Autorização de utilização.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N.º 914/12 – PC N.º 112/12 – MARIA JOÃO MOLEIRINHO MENDES BATISTA

555 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “Construção de Moradia e Muros de Vedação”, a levar a efeito num prédio urbano sito no Lugar de Pedreanes, Freguesia de Marinha Grande.

Presentes pareceres técnicos dos serviços, referindo a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do respetivo Projeto de Arquitetura, com determinadas condições.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.
2. Apresentação de nova Estimativa Orçamental assente nas características do edifício – habitação.

3. A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.
4. O alinhamento do muro vedação confinante com a via pública, bem como o passeio, deverão dar continuidade aos alinhamentos já definidos a nascente e poente.
5. Nos termos constantes da alínea ii) do n.º 3 do art. 5.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande – Regulamento n.º 449/2010, de 17/05, a construção de muros de vedação deverão garantir, na parte confinante com a via pública, numa extensão de 1,50m a contar do limite do espaço público, uma altura de 0,80m, podendo ser encimados com elementos gradeados, ou sebes vivas, com o máximo de 0,70m.
6. Aquando do início da construção, após abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos serviços da Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, sendo o registo das deslocações no respetivo livro de obra é imprescindível para isenção de vistoria na futura concessão da respetiva autorização de utilização.
7. Pagamento da participação devida pela pavimentação da Rua dos Lenhadores, nos termos da Deliberação de Câmara n.º 889, de 07/10/2004 (Ata n.º 24), com a devida atualização.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N.º 1352/12 – PC N.º 242/12 – ALZIRA CARDOSO OLIVEIRA MACHADO SOUSA

556 - Presente Pedido de Licenciamento referente à obra de “*Alteração e Ampliação de Edifício para Adaptação a Oficina de Mecânica Auto*”, a levar a efeito num prédio urbano, localizado na Rua João Gallo, Lugar de Guarda Nova, Freguesia da Marinha Grande dispondo do seguinte antecedente:

Processo Camarário n.º 3362/1969, em nome de Aires de Sousa, relativo à obra de “*Construção de um Barracão*” destinado a armazém de vidro, aprovado por Deliberação tomada em Reunião de Câmara realizada em 23/12/1969, à qual correspondeu a emissão do Alvará de Licença de Construção n.º 176/70, de 18/03.

Presente parecer técnico dos serviços, referindo a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do Projecto de Arquitetura, com determinadas condições.

Presentes Projetos das Especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art.

20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03.

Presente parecer técnico dos serviços que atestam estarem os Projetos das Especialidades apresentados, aptos a merecer aprovação.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Execução de todos os trabalhos que se mostrem necessários ao bom acabamento da obra.**
2. **A instalação do recetáculo postal domiciliário seja efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.**
3. **Aquando do início da construção (ampliação), após abertura das fundações, deverá o requerente solicitar a deslocação dos Serviços da Fiscalização à obra, para verificação da sua implantação, sendo que o registo dessa deslocação no respetivo livro de obra, imprescindível para a isenção de vistoria na futura concessão da respetiva Autorização de Utilização.**

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. **Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
2. **Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.**
3. **Nos termos do disposto no n.º 3 do art. 3.º do Decreto-Lei n.º 259/2007, de 17/07, diploma que estabelece o regime a que está sujeita a instalação e modificação dos estabelecimentos de comércio ou de armazenagem de produtos alimentares, bem como dos estabelecimentos de comércio de produtos não alimentares e de prestação de serviços, antes da emissão da Autorização de Utilização, deverá remeter à Câmara Municipal, com cópia à Direção Geral das Atividades Económicas do Ministério da Economia e do Emprego, Declaração Prévia prevista no art. 4.º do mesmo diploma legal, elaborada e instruída de acordo com o modelo publicado em anexo à Portaria n.º 790/2007, de 23/07, na qual se responsabiliza que o estabelecimento cumpre todos os requisitos adequados ao exercício da atividade.**

4. A ***“afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, industrial, artesanal ou liberal, independentemente do suporte utilizado para a sua divulgação, quando visíveis ou perceptíveis do espaço público”***, ficam sujeitas a licenciamento, no âmbito do regime previsto no Regulamento de Publicidade e Ocupação do Espaço Público com Equipamento Urbano do Município da Marinha Grande.
5. Deverá ser dado cumprimento do preceituado na legislação em vigor sobre o ruído.
6. Face à atividade em causa, a gestão dos resíduos ali produzidos será da responsabilidade do seu proprietário/explorador, pelo que deverá ter em conta o estabelecido no Regime Geral da Gestão de Resíduos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 178/2006, de 05/09, devendo encaminhar os resíduos para um operador licenciado para o efeito.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N.º 1416/12 – PC N.º 230/12 – JOSÉ FRANCISCO SOUSA JUNIOR

557 - Presente Pedido de Licenciamento referente à *“Legalização de Alteração e Ampliação de Habitação Unifamiliar, Anexo e Muros de Vedação”*, localizados em prédio urbano sito na Rua do Cartaxo, Freguesia de Marinha Grande, dispondo do seguinte antecedente:

Processo Camarário n.º 1280/1973, referente à obra de *“Edificação de Habitação Unifamiliar”*, em nome de António de Sousa Pêssogo, à qual foi atribuído o Alvará de Licença de Construção n.º 61/1974, de 25/01.

Presente parecer técnico dos serviços que atesta a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação do respetivo Projeto de Arquitetura.

Após a análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. **Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das especialidades aplicáveis, nos termos previstos no n.º 4 do art. 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03.**
2. **Apresentação, em igual período, de justificação sobre o objeto de pormenorização constante do desenho n.º 6, relativo à exaustão/ventilação previstas para o compartimento habitável “cozinha”, face à omissão de aparelhos de queima em planta à escala 1/100.**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 06/09/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 19

Mais deliberou informar o requerente que, nos termos do n.º 6 do art. 54.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva Autorização de Utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N.º 867/12 – PC N.º 139/08 – JOSÉ DE JESUS PEREIRA

558 - Presente Processo de Licenciamento referente à obra de “*Legalização de Alteração de Edifício de Habitação e Comércio*” existente, sito na Rua Joaquim Carvalho de Oliveira, Freguesia de Marinha Grande, à qual foi atribuído o Alvará de Licença de Legalização n.º 85/11, de 07/11, com os condicionalismos inerentes à Deliberação tomada em reunião de Câmara realizada em 10/03/2011, que a seguir se transcrevem:

(...)

- 1. Deverá ser garantida a uniformização cromática ao nível da caixilharia apresentada, não devendo ser utilizado o alumínio na sua cor natural.*
- 2. Deverão ser respeitados os aspetos construtivos e decorativos que compõem as fachadas e coberturas, de acordo com as peças desenhadas apresentadas.*
- 3. Os compartimentos interiores devem ser dotados de sistemas eficazes de ventilação e renovação de ar bem como de iluminação artificial adequada.*
- 4. Deverá ser dado cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 259/07, de 17/07.*
- 5. O funcionamento do estabelecimento deverá dar cumprimento ao disposto no Decreto-Lei n.º 173/05, de 21/10, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 187/06, de 19/09, na área correspondente à comercialização e armazenagem de fitofarmacêuticos.*
- 6. Deverá ser dado cumprimento ao disposto no Regulamento (CE) n.º 1831/2003, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de Setembro, com as devidas adaptações, no que respeita à comercialização e armazenagem de alimentos para animais.*

(...)”

Presente requerimento pelo qual é solicitada a reavaliação dos condicionalismos impostas nos pontos 1 e 2 da referida deliberação, particularmente a não execução da totalidade dos elementos que compõem as platibandas das fachadas, alegando nomeadamente dificuldades de ordem económica e técnica face aos condicionalismos que o local apresenta em virtude da realização das obras nos edifícios da antiga Fábrica da Resinagem e EDP (atualmente edifício da TUMG).

Presente parecer técnico dos serviços a enquadrar devidamente a pretensão.

1. Apresentação de peça gráfica representativa das fachadas no seu estado atual, com indicação das cores e materiais utilizados.
2. Execução, em futura intervenção a levar a efeito sobre a edificação, dos elementos decorativos anteriormente existentes ao nível das platibandas da sua cobertura.

8 - REQ. N.º 1343/12 – PC N.º 240/12 – MARIA GRACIETE SILVA PEREIRA VILELA PEREIRA

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir o Pedido de Ocupação de Via Pública com andaimes de 2 pisos, numa área de 12,00m², para apoio na execução dos trabalhos referentes à obra de “*Ampliação e Alteração de Fachada de Edifício*” sito na Rua Dr. Adolfo Leitão, n.º 9, Lugar de São Pedro de Moel, Freguesia de Marinha Grande, por um período de 2 meses, devendo salvaguardar todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande e demais legislação aplicável.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Página 45 de 46

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
06/09/2012.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 19

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

560 - Por último a Câmara, usando a faculdade que lhe confere o n.º 3 do art.º 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Vice-Presidente encerrou a reunião eram 11:40 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do art.º 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

O Vice-Presidente

A Secretária da reunião